

GRAMÁTICA: METALINGUAGEM E TRADIÇÃO

Lúcia Kopschitz Xavier Bastos
Maria Augusta Bastos de Mattos*

É fato que o ensino da língua portuguesa nas nossas escolas enfatiza a gramática e que, apesar disso, seu fracasso é notório. Esta questão, freqüentemente apontada e exaustivamente debatida, corre sempre ao lado de um questionamento maior acerca da própria função do ensino da gramática.

Nós nos propomos, aqui, não a trazer novamente à tona essas questões, mas sim, partindo da constatação de que a gramática tradicional vem sendo a tônica do ensino de português, recuperar as razões históricas da conceptualização e da análise presentes nessa tradição, visando a reabilitação de seu ensino. Nesse sentido, discutiremos o que seria “saber gramática”, procurando rever o sentido dessa expressão com conseqüências para o trabalho em sala de aula. Assim, além do levantamento de sua fundamentação histórica, a gramática será tomada enquanto reflexão metalinguística privilegiada.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA TRADIÇÃO GRAMATICAL

Conforme Genouvrier e Peytard¹, nossa gramática escolar provém

* Professoras no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas.

¹ GENOUVRIER, E. & PEYTARD, J. *Linguística e ensino do Português*. Adaptação Rodolfo Ilari. Coimbra: Almedina 1974

de doutrinas dos séculos XVI a XVIII e apresenta grandes características:

- a) “o desejo de reduzir a língua portuguesa aos modelos da latina”;
- b) “o desejo de consagrar o português como língua de cultura e, portanto, de definir suas normas e impô-las, em seguida”;
- c) “o esforço por evidenciar as relações da língua com a razão e a lógica”.

O modelo latino

Na Idade Média, os estudos gramaticais estavam estreitamente ligados ao papel que o latim desempenhava na filosofia, nas ciências, nas artes, na religião e na educação.

Como sabemos, na Idade Média o latim era prestigiado por ser a língua da civilização que dominava a Europa: foi adotado pelo Cristianismo e daí irradiou-se através da divulgação das obras dos primeiros humanistas e do surgimento das primeiras universidades. Nesse momento histórico, os estudos gramaticais ligavam-se estreitamente a esse papel preponderante desempenhado pelo latim na filosofia, nas ciências, na religião, na educação, nas artes.

Com a Renascença, uma nova etapa se inaugura na história dos estudos gramaticais: valorizam-se as línguas românicas, não mais consideradas corrupções da latina, mas sim, expressões de novas civilizações. Surgem deste modo a primeira gramática do provençal (no século XIII), a de Alberti, do italiano; de Nebrija, do espanhol; de Jean Dubois, Meigret e Estienne, do francês; a de João de Barro (1540) e a de Fernão de Oliveira (1536), ambas do português.

O conceito de gramática então é o de ser uma introdução às línguas antigas através duma análise da semelhança louvável que a língua românica descrita apresenta frente àquelas. Depreende-se da análise desses compêndios uma atitude paradoxal diante daquele ideal patriótico de pregar a legitimidade das línguas românicas como expressão das novas civilizações: só é legítima, só é digna a língua que se mostrar conforme a organização da língua de prestígio, o latim, no caso da Europa ocidental.

Não poderiam deixar de ser deste tipo os primeiros tratados e as primeiras gramáticas da língua portuguesa: aí se louva o português (a variante cultural, consolidada por Camões e oposta ao antigo galego-português) na sua semelhança com o latim. Com o propósito de fundamentar a semelhança, João de Barro descreve a língua portuguesa com a estrutura própria da latina, chegando mesmo a apresentar as partes do discurso como casos de declinação.²

² BARRO, João de. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1971

A tendência desse espelhamento persiste com evidência até o século XVIII (cf. Jerónimo Contador de Argot: “Regras da Língua Portuguesa, espelho da Latina”, 1725), tendo em vista que o latim continuava sendo o instrumento da cultura.

A busca e a determinação de conformidade e semelhança da língua portuguesa em relação à latina satisfazia a necessidade política de que o português fosse uma língua capaz de servir à cultura. A perfeição e a dignidade de uma língua, aferidas pela comparação com o latim, garantiam-se e oficializavam-se pela gramática.

A normatividade

Normalmente, as línguas passam a ser escritas pelo uso que delas fazem o Clero, a Nobreza, as Artes ou pela importância que ganham junto ao mundo do comércio. É nesse momento – em que se dá o processo de associação de uma variedade lingüística à escrita – que se reflete sobre ela, ou seja, é nesse momento que podemos dizer que ela se “gramaticaliza”.

No caso das línguas da Europa Ocidental, no entanto, esses processos não foram concomitantes: a elaboração dos estudos gramaticais das novas línguas ocorreu séculos depois de terem ganho forma escrita as variedades lingüísticas de prestígio. Especificamente com o português, já no século XII se atribuiu a ele a escrita; apenas três séculos mais tarde é que ocorreu sua elevação a língua de identidade nacional, justificando-se tal título por ser ela já portadora de uma tradição cultural. Foi nesse momento, entre os séculos XV e XVI, que a língua ganhou sua matriz gramatical, passando a ser descrita e codificada.

Forjando, digamos assim, a construção de uma identidade nacional através da língua portuguesa, nossos dois primeiros gramáticos introduziram seus estudos considerando a expansão da língua portuguesa com e na conquista do Novo Mundo. João de Barro, na sua obra *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (publicado no mesmo ano de sua gramática), a par de mostrar que a língua portuguesa era “grave” e “digna” – por ser a segunda língua mais máxima do latim –, referia-se a ela como o *símbolo das conquistas*.

Convém observar que o interesse pela língua surge sempre nos momentos de crise ou ameaça a uma estabilidade conseguida. Na história dos estudos gramaticais, temos a primeira descrição lingüística atestando essa afirmação: Panini, no IV século a.C., fez a descrição da língua sânscrita dos textos sagrados e das orações, pois ela estava sendo ameaçada pela invasão dos falares populares.

Na sua preocupação em descrever, imiscui-se a atitude de estabilizar:

o gramático pretende dizer o que é a língua mas, ao mesmo tempo, diz o que a língua *deve ser*. Buscando razões para a descrição de certos usos lingüísticos, o gramático confere a eles um estatuto de superioridade (usos “mais harmônicos”, “mais lógicos” ou justificados historicamente) e, assim, alia conhecimento da língua à determinação de sua norma, *descrição e prescrição*.

O paralelismo lógico-gramatical

Na Idade Média, ao lado dos comentários acerca dos gramáticos latinos, há o desenvolvimento de uma reflexão original, tendo como principais pensadores D'Aurillac, Santo Anselmo, Abelardo e Pierre Hélie. Nessa reflexão destacam-se dois grandes temas:

- a) a vontade de estabelecer uma teoria geral da linguagem independente das línguas e sobretudo do latim;
- b) a aproximação entre gramática e lógica.

A partir do século XII, surge a escola modista, que quer constituir também uma teoria geral da linguagem, mas acreditando na autonomia absoluta da gramática em relação à lógica.

Os “modistae” – assim chamados por terem escrito sobre o “modus significandi” – propõem uma gramática científica ou especulativa que descubra os princípios universais e constantes pelos quais a palavra tem relação com a inteligência humana e com a coisa representada. Segundo eles, a palavra representa a coisa como existente de um determinado *modo*: como uma substância, como uma ação, uma qualidade etc., e o faz assumindo as formas da correspondente parte do discurso.

A gramática constitui-se, assim, para os modistas, como uma teoria filosófica das partes do discurso e dos seus “modos de significação”. Um elemento gramatical não se define por seu significado, mas pelo modo como este significado é visado, pelo tipo de relação instituído entre palavras e coisas. A teoria gramatical é um inventário, uma classificação dos modos possíveis de acesso às coisas (por conseguinte, a diferença entre o adjetivo e o substantivo reside menos no seu objeto que no ponto de vista segundo o qual eles apresentam esse objeto).

Apesar da grande força dessa vertente do pensamento que dá importância máxima à questão da significação, vai se instalar nos séculos da Renascença aquela outra vertente, que aproxima a gramática e a lógica.

O ponto alto do renascimento dessa corrente de pensamento é a conhecida Gramática de Port-Royal, de 1660.³ Publicada na França por

³ SIMONE. R. (org.) *Grammatica e Logica dei Port-Royal*. Roma: Ubaldini. 1969.

dois eremitas da abadia de Port-Royal, a *Grammaire Générale et Raisonnée [contenant les fondements de l'art de parler expliqués d'une manière claire et naturelle: les raisons de ce qui est commun à toutes les langues, et des principales différences qui s'y rencontrent. Et plusieurs remarques nouvelles sur la langue française]* tinha como pressupostos a igualdade de conteúdo e de operação do pensamento e a crença de que a língua não é senão uma manifestação do pensamento.

Daí provém que, na constituição de todas as línguas, devam intervir os mesmos elementos e, portanto, deva ser possível uma gramática geral que englobe tudo o que é comum a todas as línguas. Essa tese da língua universal tem como fundamento a gramática escolástica e a tese de que há oposição entre *oração mental* e *oração vocal*, esta um desfiguramento, uma traição daquela. Daí que, além da necessidade de se estudar a língua universal, prescreva-se o estudo do que é comum a todos os homens, ou seja, o estudo da oração mental.

Dado que apenas a linguagem nos é acessível, os senhores de Port-Royal pretendem explicar como é possível instituir uma correspondência biunívoca entre pensamento e linguagem. Para tanto, apresentam um método que tem como pressuposto que cada necessidade lingüística de comunicação corresponderia a um aspecto do pensamento. Dessa maneira:

- há os nomes substantivos, marca exterior da substância;
- há os nomes adjetivos, que significam os acidentes, as circunstâncias;
- há os verbos, que significam a afirmação;
- há os gêneros, para "*tornar o discurso menos confuso*";
- há os pronomes, para se "*evitar de repetir muito as mesmas coisas num mesmo discurso*";
- há os pronomes pessoais, sendo que o da 1ª pessoa teria sido inventado porque "*não é belo denominar-se a si próprio*";
- há os casos, como consequência da necessidade refletiva, também na relação entre as palavras, "*as relações que as coisas têm umas com as outras*";
- há a ordem das palavras na frase, que se explicaria como adequação à ordem lógica das idéias no pensamento (sendo, portanto, natural e necessária).

Se o pensamento é prerrogativa da espécie humana, há um único esquema profundo do qual brotariam as línguas, dotadas todas de um mesmo instrumental de categorias. Como as línguas, porém, não são isomorfias, Port-Royal explica essa variedade como indício da degeneração relativa às leis da razão.

Desse modo, a diacronia é vista pela Gramática de Port-Royal como fator de corrupção. Quanto à sincronia, esta nem é levada em conta:

o que a Gramática Geral quer descrever é o “estado geral” de qualquer sistema lingüístico. A Gramática de Port-Royal trata de leis acrônicas: a idéia de tempo lhe é alheia. Isso nos leva a refletir sobre um outro aspecto: ela não distingue linguagem (faculdade geral dos homens) de língua (código). Para ela, a linguagem assume forma material na sua identificação com a lógica.

Se gramática e lógica podem ser perfeitamente superpostas, isto é, se há o paralelismo lógico-gramatical, e se as articulações lógicas são necessárias e universais, então a gramática terá uma metodologia também rígida, intolerante, imposta pela própria natureza do seu objeto (o par pensamento-linguagem).

Se o pensamento é universal e a gramática é tributária da lógica, ela terá caráter necessário e usará métodos e categorias já dados de início. Será então uma ciência *dedutiva*, fundamentada na lógica e não construída à mercê dos materiais que se apresentam a ela.

Vemos, pois, que os senhores de Port-Royal, ao elaborarem seu tratado, quiseram subordinar a gramática lógica e, desse modo, adotaram o ponto de vista que os modistas, três séculos antes, já haviam refutado.

NOSSA HERANÇA

Este rápido levantamento da tradição de nossa gramática de língua portuguesa possibilita-nos perceber que:

- ainda se conservam algumas distinções e categorias que só tinham sentido no modelo latino, tais como a distinção entre o papel que um complemento como “ao médico” desempenha com o verbo “ir” e com o verbo “escrever”, herança dos casos ablativo e dativo;
- ainda se mantém a aliança entre descrição e norma, apesar do desenvolvimento da Lingüística a partir do século XIX, separando do conhecimento da língua a determinação de sua norma;
- ainda permanece a abordagem mentalista do fato gramatical, percebida na própria definição corrente de oração como “expressão verbal de um pensamento”. Amini B. Havy afirma que também a definição de oração como frase de estrutura dual S/P está baseada na lógica tradicional, pois que só convém às suas proposições e não a todas as classes de orações estabelecidas pela Gramática (a saber, frases interrogativas, optativas e imperativas).⁴

⁴ HAVY, A.B. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

Além dos sintomas pontuais da tradição que pesa sobre ela, a gramática de língua portuguesa acumula marcas que remontam a sua elaboração:

- a gramaticalização do português se deu para enaltecê-lo em sua semelhança com o latim;
- ao se estabelecer uma variedade lingüística como língua padrão, imprimiu-se na gramática o aspecto pragmático;
- no seu anseio de descrever a linguagem como reflexo do pensamento, a gramática procura ser acrônica e descrever apenas o que não sofreria as vicissitudes temporais;
- também no seu anseio de postular como seu objetivo o par linguagem-pensamento, a gramática assumiu uma metodologia rígida, não formulável no confronto com manifestações lingüísticas alternativas (que seriam tomadas como traições do pensamento).

O ASPECTO METALINGÜÍSTICO DA GRAMÁTICA

Se, por um lado, a recuperação das origens de nossa gramática pode nos fornecer elementos para entendermos determinadas visões e conceitos, por outro lado, não podemos deixar de levantar o fato de que a gramática é, por excelência, uma reflexão metalingüística.

Como vimos, a formalização refletida na análise traz em si razões históricas, políticas, culturais, ideológicas, mas, nem por isso perde suas características de trabalho metalingüístico. E é a consideração dessas características que pode nos levar a atitudes frente ao trabalho com a gramática. A consideração desse aspecto da gramática remete-nos, por exemplo, à questão da capacidade metalingüística – capacidade que todos os indivíduos têm, de operar sobre a linguagem.

Estudos sobre a aquisição da linguagem mostram que essa capacidade aumenta proporcionalmente à idade da criança. No entanto, há uma grande discussão em relação ao que deve ser considerado comportamento metalingüístico e em relação a quando essa capacidade começa a se manifestar. Karmiloff-Smith chama atenção para o fato de que não se pode considerar metalingüístico apenas o que é explicitado. Em outras palavras, a consciência metalingüística não pode ser considerada apenas através de verbalizações explícitas. Conforme de Lemos, as reformulações que a criança faz em seu próprio discurso, desde muito cedo, até as referências explícitas ao lingüístico (como “por que fulano fala assim?”) são consideradas manifestações metalingüísticas.⁵

⁵ YAVAS, F. Habilidades metalingüísticas na criança: uma visão geral. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. 14. Campinas: Unicamp, 1988.

A capacidade metalingüística seria uma manifestação do metaconhecimento, uma “*capacidade específica da espécie humana, que permite a observação dos processos de pensamento (...)*”.⁶ O domínio desse nível de conhecimento tem sido relacionado com o desenvolvimento do raciocínio lógico e a aquisição de modalidades abstratas do pensamento que seriam obtidos devido à escolarização e ao domínio da escrita. Sem o domínio da escrita não seria possível o metaconhecimento – “*somente a escrita permite a descontextualização total, que é exigida, por exemplo, na compreensão de raciocínios lógico-verbais, ou silogismos*”.⁷ No entanto, Tfouni, numa pesquisa em que adultos não-alfabetizados conseguiram compreender silogismos que lhes foram apresentados, mostrou que existem outros caminhos, que não a aquisição de um sistema escrito, que levam a níveis meta de cognição, por exemplo, o conhecimento da pragmática do discurso, “*entendida aqui no seu sentido mais amplo, que inclui o conhecimento do funcionamento do discurso enquanto atividade de interação social, com todos os seus fatores (...)*”.⁸ Esse conhecimento leva a um metaconhecimento independentemente da alfabetização ou não dos indivíduos.

As conclusões de Tfouni nos fazem pensar que, no ensino, a questão não seria buscar uma relação necessária entre o metaconhecimento e o domínio da escrita, ligado à escolarização e à alfabetização, e, sim, entendendo que os indivíduos são capazes de manifestar-se metalingüisticamente mesmo antes de suas primeiras manifestações gráficas, saber como essa capacidade vai sendo construída. Dado que essa capacidade está presente nos indivíduos desde muito cedo e se manifesta nos não-alfabetizados, por que não fazer uso dela explícita e propositadamente no trabalho com a metalinguagem formalizada da gramática?

Por outro lado, pode-se perguntar: qual a necessidade da formalização se é possível trabalhar com a capacidade metalingüística dos alunos? Há duas razões inegáveis para que se adote a formalização no ensino: primeiro, a formalização atende a uma necessidade de precisão e de organização e, além disso, embora pareça paradoxal, a formalização reflete uma determinada análise, que, como vimos, tem uma tradição, uma história. A dificuldade não parece estar em apelar para a capacidade metalingüística dos indivíduos, mas em ensinar e aprender a análise que a gramática

⁶ TFOUNI, L. V. *Adultos não-alfabetizados. O avesso do avesso*. Campinas: Pontes, 1988, p. 79.

⁷ *Ibid.*, p. 115.

⁸ *Ibid.*, p. 118.

tradicional oferece, pelos motivos discutidos anteriormente. A nomenclatura, a terminologia, em si, é o de menos e pode até facilitar, na medida em que para se falar de um determinado fenômeno lingüístico é só usar o termo apropriado. Nesse sentido, a formalização pode até ser vista como facilitadora. O problema está em fazer com que o aluno perceba, observe que está fazendo operações sobre a linguagem e exerça, assim, a capacidade metalingüística que tem e emprega efetivamente em outras situações.

Incentivar a reflexão metalingüística por parte dos alunos parece ser o caminho mais fácil, pois se todas as pessoas dominam essa capacidade e operam sobre a linguagem em outras situações, não haveria razão para não incentivar essa atividade nas aulas de língua materna.

No entanto, a formalização presente nos compêndios gramaticais reflete uma organização de conceitos sobre a língua que supera as reflexões amadorísticas que realizamos em nosso dia-a-dia. Seu estatuto privilegiado dentre as diversas maneiras de se refletir sobre o objeto língua vem do fato de ser a gramática o lugar por excelência da atividade metalingüística.

As razões históricas, cujo levantamento acabamos de fazer, não podem ser vistas como obstáculo para a abordagem dos fatos da língua, mas como reflexo histórico, cultural, político, ideológico enfim, inerente aos estudos da linguagem. Seria ingenuidade pensar que uma reflexão metalingüística possa dispensar tais razões. Qualquer postura frente à linguagem estará sempre marcada por fatores não considerados estritamente lingüísticos, ou seja, não existe uma lógica interna à língua que prescreva regras gramaticais, mas sim há posturas políticas frente à língua que encaminham certas visões sobre os fatos lingüísticos, certas visões que passam então a ser *gramaticais*.

Não importa se as visões sobre os fatos procuram mostrar a supremacia cultural de uma variedade lingüística, se buscam colocar a etiqueta “racional” numa determinada língua, se a querem mostrar como “digna e grave” – o que importa é que as características presentes num estudo de gramática não podem ser ignoradas quando se toma como objeto a análise de uma língua. Acreditamos que trabalhar com a gramática não seja saber reproduzir a análise tal qual ela se apresenta nos compêndios, mas seja usar a capacidade de operar sobre a linguagem sem perder de vista as características históricas imbuídas na tradição gramatical escolar.